



**24° ENANCIB**

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação  
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação  
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



## XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

### GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação Da Informação

#### MEDIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

##### *MEDIATION AND COLLECTION DEVELOPMENT: A DECOLONIAL PERSPECTIVE*

**Elisabete Gonçalves de Souza** – Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Letícia de Souza Blanco** – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa (MACquinho)

**Asy Pepe Sanches Neto** – Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa (MACquinho), Instituto Joaquin Herrera Flores (IJHF)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Discute a política de desenvolvimento de coleções que está sendo elaborada para a biblioteca do Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa - MACquinho, equipamento cultural da Prefeitura de Niterói, localizado no Morro do Palácio, Niterói, RJ. A política adota como epistemologia a perspectiva decolonial, entendendo que a formação dos acervos nessa direção é uma prática de mediação da informação que coloca sob crítica os discursos hegemônicos. Tem como referencial teórico os estudos críticos da informação e a concepção de mediação como processo de interferência que tem como categoria central o usuário, entendendo-o não como mero receptor passivo da informação, mas como sujeito dos processos de construção e apropriação do conhecimento. Define como prioridade a seleção de obras que possuam uma expressão da decolonialidade do saber, seja abordando temas como racismo, discriminação religiosa, étnica, de gênero, xenofobia, etc. escritas por autores do Sul Global, assim como obras que contestam as narrativas hegemônicas e que dão voz a grupos historicamente marginalizados: povos indígenas, afrodescendentes, entre outros. A metodologia caracteriza-se como exploratória, pautada em revisão narrativa de literatura e estudo de caso. Conclui que o processo de mediação da informação decolonial permite que os usuários, ao se apropriarem da informação, sejam capazes de refletir e transformar o contexto em que estão inseridos, pensando sobre as condições sócio-históricas que condicionaram as desigualdades e as situações precárias vividas hoje por diferentes grupos sociais que ainda sofrem por não terem acesso a seus direitos sociais, garantidos e protegidos pelo Estado.

**Palavras-chave:** mediação da informação; mediação cultural; desenvolvimento de coleções; decolonialidade.

**Abstract:** Discusses the collection development policy that is being developed for the library of the Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa - MACquinho, cultural facility of the City of Niterói, located in Morro do Palácio, Niterói, RJ. The policy adopts the decolonial perspective as its

epistemology, understanding that the formation of collections in this direction is a practice of information mediation that places hegemonic discourses under criticism. Its theoretical framework is critical information studies and the conception of mediation as a process of interference that has the user as its central category, understanding them not as mere passive receivers of information, but as subjects of the processes of construction and appropriation of knowledge. It defines as a priority the selection of works that have an expression of the decoloniality of knowledge, whether addressing themes such as racism, religious, ethnic, gender discrimination, xenophobia, etc. written by authors from the Global South, as well as works that challenge hegemonic narratives and that give voice to historically marginalized groups: indigenous peoples, afro-descendants, among others. The methodology is characterized as exploratory, based on a narrative literature review and case study. It concludes that the decolonial information mediation process allows users, when appropriating information, to be able to reflect and transform the context in which they are inserted, thinking about the socio-historical conditions that conditioned the inequalities and precarious situations experienced today by different social groups that still suffer from not having access to their social rights, guaranteed and protected by the State.

**Keywords:** information mediation; cultural mediation; collection development; decoloniality.

## 1 INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, as práticas que ocorrem nas bibliotecas foram orientadas por um conhecimento colonial, principalmente advindo do Norte Global. Como pontua Almeida Júnior (2015), os acervos resgatam e conservam um conhecimento específico, reproduzindo o que já está consolidado no campo da ciência. Ainda segundo o autor, são poucas as bibliotecas que ousam na construção de acervos decoloniais a partir de uma política de desenvolvimento de coleções baseada na linguagem popular, na produção de materiais feitos pela comunidade atendida e que baseie sua organização nos seus interesses e necessidades.

Nos últimos anos, principalmente neste século, com os avanços dos estudos pós-coloniais na área de Biblioteconomia, e a emergência da Biblioteconomia Social, há uma tentativa de romper com a situação anteriormente mencionada a partir da criação e produção de tesouros que utilizem terminologias das culturas específicas, da utilização do espaço da biblioteca para oficinas e cursos frequentados pela comunidade e da elaboração de uma política de seleção de obras de autores advindos do Sul Global.

O conceito de "Sul Global" nos estudos decoloniais refere-se a uma perspectiva crítica que se opõe às narrativas hegemônicas do Norte Global. Posicionar as análises sob a perspectiva do Sul Global implica em “disputar o real, avançar com outras instâncias sobre o real que não respondam àquelas já predispostas pela empresa colonial e epistemológica eurocêntrica” (Chiara, 2021, p. 186). O conceito tem um significado geopolítico e cultural, abrange países da África, América Latina, partes da Ásia e Oceania, que passaram pelo

processo de colonização e continuam a lidar com as consequências dessa experiência. A opção por uma epistemologia decolonial coloca sob crítica os processos de “colonialidade do poder, do saber e do ser” (Ballestrin, 2013, p. 90).

Um aspecto que deve ser levado em consideração, quando pensamos em uma abordagem decolonial na Biblioteconomia, é a formação do seu acervo. Por meio da sua construção, estabelece-se a relação entre a biblioteca e seus usuários. Pensar no desenvolvimento de coleções orientado por interesses coletivos, por questões sociais e por pautas debatidas pela comunidade é uma forma de aprimorar o diálogo entre biblioteca-público, fazendo com que o mesmo se reconheça como parte do espaço, passando a frequentá-lo de forma mais assídua.

Compreende-se, como Mallman (2023), que a formação dos acervos em uma perspectiva decolonial é uma prática de mediação da informação. Conforme destacam Pimenta e Almeida Júnior (2009), quando se pensa em mediação devemos deslocar o usuário de mero receptor passivo da informação, posicionando-o como ator ativo no processo de apropriação do conhecimento e como interlocutor orgânico no desenvolvimento da construção do acervo. Esse compromisso, político e ideológico, surge a partir do momento em que se pensa em um acervo que represente os interesses e a identidade cultural do público que atende. Ele também representa a ideia-força que norteia a ação de mediação: a apropriação da informação pelo usuário. Dado isto, pergunta-se: a Biblioteca do Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa (MACquinho), localizada no Morro do Palácio, em Niterói, considera as questões da decolonialidade no processo de seleção de seu acervo?

O objetivo deste trabalho é discutir o desenvolvimento de coleções sob uma perspectiva decolonial, refletindo sobre sua origem e importância no campo da Biblioteconomia. Especificamente, analisar os critérios de seleção que norteiam a política de desenvolvimento de coleções do acervo da biblioteca do MACquinho, tendo como referencial teórico a decolonialidade do saber.

O avanço dos estudos pós-coloniais no século XXI em diversas áreas de conhecimento exigiu a necessidade de se pensar em uma política de desenvolvimento de coleções decolonial em bibliotecas públicas e comunitárias, estas últimas, em sua maioria, criadas em espaços periféricos. Esse movimento tem origem nos estudos alinhados à corrente da Biblioteconomia Social voltada para o uso crítico da informação com aderência aos contextos sociais de seus usuários, entendendo-os como sujeitos das ações de informação e produtores de

conhecimentos. Nas palavras de Almeida Júnior (2018) significa pensar essas bibliotecas como espaços de resistência informacional. Para isso, suas ações de mediação devem ter aderência com a cultura local, sem deixar de propiciar acesso ao conhecimento sistematizado, pois todos os conhecimentos são produzidos pela humanidade em seu processo histórico, não podendo ser exclusivo de uma determinada classe social.

Ao lado dos saberes universais, predominantes nas bibliotecas, busca-se dar ênfase às temáticas representativas de nossa condição pós-colonial, entendendo o pós-colonialismo como a capacidade de fazer uma releitura da colonização (Hall, 2003) a partir de uma escrita descentrada das grandes narrativas imperiais, escrita pelos colonizadores e tomadas como a história da nação, como discursos autorizados.

Pautados nessa perspectiva iniciou-se o processo de desenvolvimento de uma política de coleção decolonial para a biblioteca do MACquinho voltada para a seleção e classificação de obras que possuam uma expressão da decolonialidade do saber, seja abordando temas como racismo, discriminação religiosa, étnica, de gênero, xenofobia entre outros, escritas por autores do Sul Global, assim como obras que contestam as narrativas hegemônicas e que dão voz a grupos historicamente marginalizados como os povos indígenas e afrodescendentes.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia caracteriza-se como exploratória, pautada em revisão narrativa de literatura e estudo de caso. Os procedimentos foram realizados em três etapas.

Na primeira, foi feito levantamento nas bases de dados Scielo, Capes, BRAPCI e BENANCIB com os descritores “desenvolvimento de coleções”, “decolonialidade” e “mediação informacional”, com o objetivo de buscar subsídio teórico para fundamentar a discussão da temática.

Na segunda etapa, voltou-se para a seleção e identificação das obras decoloniais presentes no acervo da biblioteca do MACquinho, em sua maioria adquiridas por meio de doações. Seguindo as orientações da equipe responsável pelo tratamento do acervo, iniciou-se a classificação pela coleção infantojuvenil, destinada às crianças que participam das oficinas de letramento e das aulas de reforço. Foi feita uma análise do texto e das ilustrações, sendo as obras identificadas por termos-chave que indicassem uma abordagem decolonial. Dentre os termos elencados pela equipe para a seleção das obras estão: ancestralidade, racismo, cultura afro-brasileira, letramento racial, literatura afrocentrada, cultura indígena, cultura

nordestina, entre outros. Os termos foram extraídos da leitura sobre o assunto em obras levantadas na revisão de literatura.

A terceira etapa, voltou-se para refletir sobre mediação da informação e da cultura, tomando como perspectiva de análise as atividades realizadas pela equipe do MACquinho em diferentes áreas: criação do jornal comunitário, realização de oficinas, exposições etc. A ideia foi dar ao leitor uma visão geral desse equipamento cultural e de suas relações com a comunidade.

### **3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES E A DECOLONIALIDADE DO SABER**

Nos últimos anos têm surgido no campo da Ciência da Informação discussões sobre o desenvolvimento de coleções alinhadas com os princípios do pensamento decolonial em que três temáticas se entrelaçam em uma simbiose almejando uma decolonialidade do saber: as produções sobre grupos minoritários que foram marginalizados ao longo da história como africanos e indígenas, questões que vão contra os estigmas que alicerçaram durante décadas as estruturas das instituições e o pensamento científico de diversos campos de conhecimento.

A decolonialidade do saber na América Latina ganhou força a partir da década de 1990 com a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) formado por intelectuais latino-americanos de diversas universidades defendendo a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo. Em 1992, foi criado o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, no contexto de desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina e início do processo de democratização, reunindo pesquisadores e intelectuais preocupados em revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades (Ballestrin, 2013). Esse movimento decolonial ganhou ainda mais potencialidade com o avanço dos estudos pós-coloniais no século XXI, inclusive no campo da Biblioteconomia.

Como destacam Amorim e Alves (2022, p. 14), a Biblioteconomia e a Ciência da Informação (CI) “[...] são constituídas sob o signo da colonialidade”, tendo seu desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos calcado em contextos formatados epistemologicamente “[...] sob conjunturas específicas de países colonizadores e/ou imperialistas”. Rompendo com essa concepção, surgiu no campo da CI a Biblioteconomia Social, área de estudo preocupada com temas antes pouco debatidos como racismo, segregação social, desigualdade, classe social e literatura afrocentrada, entre outros.

A Biblioteconomia Social vem se consolidando como uma corrente de pensamento que tem como foco os direitos humanos e a justiça social, se posicionando criticamente e politicamente frente às questões sociais (como raça, classe, gênero e violência) que atravessam a sociedade. Essa concepção vem transformando o papel do bibliotecário no seu espaço de trabalho, aproximando-o da sociedade, na qual passa a assumir seu papel ativo, realizando suas ações junto a grupos comunitários e movimentos sociais.

As questões levantadas pela Biblioteconomia Social possibilitaram o desenvolvimento de acervos decoloniais em diversas instituições, principalmente em bibliotecas públicas e comunitárias. Acompanhando essa tendência, têm surgido políticas de desenvolvimento de coleções orientadas pela decolonialidade do saber.

Como pontua Almeida Júnior (2015, p. 134), “os acervos das bibliotecas mantiveram e mantêm o registro oficial da história. Do mesmo modo, conserva um entendimento hegemônico do mundo, aquele voltado aos interesses das classes dominantes”. O conhecimento preferencialmente preservado, na maioria das bibliotecas, é o hegemônico, principalmente de autores europeus e norte-americanos que representam a “elite intelectual” do Norte Global.

Indo de encontro a essa ideia, teóricos da Biblioteconomia Social defendem um desenvolvimento de coleções diferente do tradicional, iniciando-se pelo estudo da comunidade, abordagem que vai além da coleta e análise de dados, buscando um diálogo intenso com a sociedade e com os diversos setores sociais que a compõem.

A Biblioteconomia Social se centra nas pessoas, e não mais nos objetos/documentos ou processos burocráticos, ou seja, busca “direcionar as práticas e os serviços das bibliotecas para atender às necessidades sociais, promover a justiça social, a igualdade, a equidade, o acesso à informação, a liberdade de expressão, visando contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos e o bem-estar da comunidade em geral” (Tanus, 2023, p.3). Como afirma Civallero (2013), a Biblioteconomia Social é uma abordagem de ação que implica no afastamento de discursos conservadores, neutros, impessoais e conformistas, questionando e refletindo criticamente sobre a realidade social. Essa concepção crítica da Biblioteconomia pauta-se pelo enfrentamento das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial, religiosa, etc. que invisibilizam as histórias, as culturas e as identidades desses grupos, que se veem sub representados nos acervos das bibliotecas.

Nessa direção, é necessário ir a campo, às comunidades, e vivenciar as práticas dos diversos grupos sociais que representam seus usuários, “[...] buscando apreender suas referências históricas, culturais, políticas, sociais, econômicas e cotidianas, assim como seus problemas, dificuldades e necessidades informacionais” (Mallmann, 2023, p. 23). Com isso, torna-se possível a construção de um acervo que seja significativo para a comunidade atendida e que expresse as referências locais.

Mallmann (2023, p. 15) define como acervo decolonial aquele que “representa o povo brasileiro e os grupos socioculturais pertencentes às comunidades atendidas pelas bibliotecas”, apresentando, por exemplo, a história do ponto de vista dos povos originários e dos povos traficados em vez da versão do “descobrimento” e da “colonização” narrada pelo colonizador. Um acervo que tensione o discurso autorizado e promova discursos dissonantes; que incorpore a produção artística e cultural de sua localidade.

Nesse sentido, segundo a autora, um acervo decolonial para ser considerado de tal forma deve incorporar dentre seus critérios de seleção autores locais, livros que abordem assuntos do cotidiano da comunidade que atende, temas sociais ainda negligenciados (racismo, violência, etc.), e obras que tenham como protagonistas ou autores representantes de povos periféricos.

Com o avanço do capitalismo como sistema econômico mundial, a Europa emergiu como centro do mundo, sendo considerada referência durante muitos anos para os países do Sul Global, concentrando “sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento” (Quijano, 2005, p.121).

A colonialidade do saber consolidou-se pautada no eurocentrismo que orientou durante décadas a produção intelectual mundial, tornando-se a única plausível. Esse cenário mudou com avanço dos estudos pós-coloniais latino-americanos no final do século XX que proporcionaram o “giro decolonial”, “termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Ballestrin, 2013, p.105).

Por meio de uma política de desenvolvimento de coleções pautada na decolonialidade do saber, conhece-se a realidade local na qual a instituição está inserida, focando-se nas suas especificidades. Por meio dessa política, os bibliotecários são capazes de planejar um acervo com documentos e itens que apoiem e representem a população e não a manipule (Mallmann,

2023), rompendo com a ideia da biblioteca como aparelho ideológico do Estado, reproduzidor de ideias consolidadas.

#### 4 O ACERVO DO MACQUINHO E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA

O conceito de mediação da informação surge na Ciência da Informação brasileira apresentado por Almeida Júnior (2009, p. 92), sendo definido como

[...] toda interferência - realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva”; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

A mediação da informação é uma ação de interferência que acompanha todo o fazer do bibliotecário. E, como todas as intervenções, elas não são neutras nem imparciais, consistem em “[...] uma intervenção intencional, de um ‘colocar-se entre’ e, por meio justamente desta ação, fazer se relacionarem diferentes sujeitos, instituições e instâncias.” (Araújo, 2012, p. 2).

Com vista a afastar-se da postura neutra e procurando ouvir a comunidade iniciou-se em março de 2024, o processo de elaboração da política de desenvolvimento de coleção para a biblioteca do MACquinho, tendo como prioridade a seleção, catalogação e classificação dos livros de literatura infantil e juvenil. Buscou-se priorizar esse segmento do acervo, pois no espaço acontecem aulas de reforço escolar para crianças com ênfase em atividades de leitura e escrita. A ideia é incentivar a leitura literária entre as crianças e jovens, público majoritário nesse equipamento cultural e, ao mesmo tempo, colocá-los em contato com as questões sociais que enfrentam cotidianamente em sua comunidade, o Morro do Palácio.

O MACquinho é um espaço cultural mantido pela Prefeitura de Niterói, localizado no mirante do Morro do Palácio, no bairro do Ingá, Região das Praias da cidade de Niterói, em frente ao Museu de Arte Contemporânea da cidade, o MAC. Seu projeto arquitetônico foi elaborado por Oscar Niemeyer, sendo o único de sua autoria que se encontra em uma comunidade. Como entidade pública, de personalidade jurídica, o equipamento cultural denomina-se Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa, e sua gestão é feita pela Fundação de Artes de Niterói. Em suas instalações são desenvolvidos diversos projetos voltados à população local, entre eles: oficina de alfabetização de crianças, oficinas de percussão, cineclube, aulas de reforço, etc. O local também dispõe de um estúdio musical gratuito para gravação de artistas locais e uma sala de estudo onde se encontra instalada a

biblioteca. Próximo à sala, há um espaço de exposição permanente, onde, por meio de textos e fotografias, se conta a história da formação do Morro e dos seus primeiros moradores.

O MACquinho foi inaugurado em 2008, no entanto, devido a problemas de segurança e questões de gestão da prefeitura, ficou fechado durante alguns anos, sendo subutilizado pelo poder público e totalmente interditado por mais de dois anos para obras de contenção de encosta, até ser reaberto em 2014. Na época, a gestão do equipamento cabia à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, atualmente, como mencionado, está sendo gerido pela Fundação de Artes de Niterói (Menasce, 2014).

Recentemente o MACquinho fez parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) por meio do projeto de extensão “UFF-comunidades - um estudo sobre conexões entre sujeitos sociais, conflitos e os impactos coletivos”, mobilizado pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INEAC). As ações do projeto tiveram início em abril de 2023 e estão divididas em cinco eixos de atuação: 1) direitos e cidadania, 2) arte, educação e juventude, 3) memória e identidades, 4) segurança pública, território e mobilidade urbana e 5) organização comunitária e divulgação científica, neste último a biblioteconomia se faz presente por meio da organização do acervo e da mediação da informação (INEAC, 2024).

A biblioteca do MACquinho conta com um acervo com obras de literatura infantil, juvenil e adulta, organizada em dois setores separados e equipados com estantes, mesas de estudo e espaço para as crianças. Em ambos se encontram obras que possuem perspectivas e temas decoloniais.

Como ainda está sendo desenvolvida uma política de desenvolvimento de coleções, os livros do acervo que possuem abordagem decolonial estão sendo separados para terem um tratamento específico. O objetivo principal da política é que os livros decoloniais ganhem destaque no acervo, sem deixar de incluí-los junto com outras obras. A ideia não é retirá-los da coleção, mas mostrar que há outros discursos sobre o assunto, possibilitando uma visão global sobre os temas. Com o desenvolvimento da política, o que inclui a aquisição de mais títulos e exemplares, busca-se inserir na coleção o ponto vista de grupos sociais que foram historicamente marginalizados e excluídos da sociedade, seja pela cor, etnia e gênero, afastando-se do pensamento hegemônico branco eurocêntrico, do machismo, do preconceito e de outras formas de discriminação.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB**  
**Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

Trazer a perspectiva decolonial para a organização do acervo é essencial para que se tenha conhecimento dessas temáticas que, ao lado das narrativas hegemônicas, outras possam ser narradas. Dado isto, enfatiza-se que as temáticas decoloniais têm que ter representatividade nos acervos das bibliotecas que atendem as comunidades ou que estão localizadas em territórios periféricos, onde o público majoritário advém das classes populares, como o MACquinho, que sofrem com as desigualdades sociais.

Atrair o leitor/o usuário para dentro da biblioteca pressupõe que este tenha alguma identificação cultural com o espaço frequentado. Para isso, estão sendo selecionados livros que se aproximem de uma abordagem decolonial, os quais poderão ser trabalhados nas atividades culturais realizadas na instituição: rodas de leitura, contação de histórias, etc.

Atualmente o acervo do MACquinho conta com 809 itens catalogados. O Quadro 1, a seguir, exemplifica como está sendo feito o processo de seleção das obras, apresentando uma amostra de livros do acervo que foram categorizados como decoloniais pelas abordagens apresentadas. Para a análise e avaliação, utilizou-se, conforme mencionado na metodologia, termos-chave considerados significativos para a formação da coleção, sendo o processo iniciado com os títulos que constituem o acervo infantojuvenil.

**Quadro 1 – Seleção de obras de literatura infantojuvenil: abordagem decolonial**

| TÍTULO/AUTOR   | OBRAS SELECIONADAS - SINOPSE  | TERMOS-CHAVE   |
|--|---|--|
| FELICIDADE<br>NÃO TEM COR<br>Júlio Emílio Braz               | Fael sofre bullying na escola por ser negro. Amuado e abatido, Fael começa a acreditar que, se fosse de outra cor, não seria mais provocado pelos colegas e poderia ser feliz. Deseja conseguir o endereço de Michael Jackson e descobrir como o cantor fez para ficar branco.  | Bullying<br>Literatura Antirracista<br>Literatura Afrocentrada<br>Negros<br>Racismo  |
| LETRAS DE CARVÃO<br>Irene Vasco, Juan<br>Palomino, e outros. | No pequeno povoado de Palenque quase ninguém sabia ler. Com o propósito de ajudar a irmã a decifrar as cartas que recebia, e contando com a ajuda do dono da mercearia, a menina começa a descobrir o que as letras e as palavras significam, e um mundo novo de possibilidades se abre para ela e para todos os habitantes de seu povoado. | Leitura e escrita<br>Letramento<br>Analfabetismo<br>(Colômbia)<br>Negros             |
| LENDAS DE AMOR<br>DOS ÍNDIOS<br>BRASILEIROS<br>Katia Canton  | De geração em geração, os índios mais velhos contam aos mais novos o surgimento dos fenômenos da natureza, por meio de lindas histórias de amor. Como a da bela Naipi e de seu amado Peri, que desafiaram as tradições e o deus Cobra-grande, fazendo nascer as Cataratas do Iguaçu.  | Cultura indígena<br>Ancestralidade<br>Povos indígenas (Brasil)<br>Índios brasileiros |

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB  
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

|  |  |  |
|--|--|--|
| <b>HISTÓRIA DE UMA VIAGEM PARA SE ENCANTAR</b><br>Francisco Alexandro da Silva | Da Chapada do Araripe, fronteira entre Pernambuco, Piauí e Ceará é de onde parte o Severino desta obra. Um retirante que, através de uma foto no jornal, descobre que existe o mar e vive o seu primeiro alumbramento: ver o mar; a obra corta a geografia social de Pernambuco. | Imigração (Brasil)<br>Imigrante nordestino<br>Retirantes |
|--|--|--|

**Fonte:** elaborado pelos autores (2024).

Por meio da construção de um acervo que contenha obras decoloniais, almeja-se por parte dos usuários o alcance do processo de mediação da informação consciente (Almeida Júnior, 2018) que permita a produção de significados e sentidos sobre o real em um processo histórico e social. Acredita-se que por meio da apropriação da informação, os sujeitos/usuários sejam capazes de refletir e transformar o contexto em que estão inseridos, pensando sobre as condições sócio-históricas que condicionaram as situações precárias vividas hoje por diferentes segmentos da sociedade (trans, negros, indígenas, etc.).

Como afirma Gomes (2020, p.17), a mediação consciente da informação resulta do “[...] alcance articulado das dimensões: dialógica, estética, formativa e ética, e alcança sua dimensão política” quando o mediador e o sujeito envolvidos assumem protagonismo social na produção do conhecimento, permitindo a tomada de consciência destes atores enquanto sujeitos políticos problematizadores, comprometidos com um projeto humanizador do mundo.

Como destaca Vergueiro (1989, p. 30), “Uma coleção, em seu desenvolvimento, deve levar em consideração as necessidades da comunidade de uma maneira mais ampla e não somente as do usuário real”, ou seja, a biblioteca deve buscar alcançar a todos, sem restrição, disponibilizando para seu público as informações que sejam requisitadas. Como pontuam Mallmann e Felipe (2022), para realizarmos o desenvolvimento de coleções devemos considerar as referências históricas, culturais e identitárias da comunidade atendida para entender suas necessidades informacionais, conhecendo suas carências e anseios, que podem ser levantadas pelo estudo de comunidade.

Por meio dos eventos, oficinas, atendimento ao público, organização de projetos e mobilização de atividades culturais, a equipe interdisciplinar do MACquinho, busca essa aproximação com a comunidade do Morro do Palácio, possibilitando que ela se identifique cada vez mais com a instituição, que use seus espaços e deles se aproprie.

Todo mês é produzida uma edição do jornal Palaciano pela equipe de comunicação, onde são divulgadas as atividades que estão sendo realizadas no espaço e assuntos que

envolvem a comunidade. O jornal é distribuído para os moradores a fim de que tenham conhecimento sobre o que está desenvolvido na instituição, sendo um veículo de comunicação sobre os projetos, mas também de difusão das ações de mediação cultural que abarcam, além das atividades de leitura, exposições, apresentações musicais, etc.

Todas as ações são pensadas para promover a interação entre instituição-comunidade. Além do jornal comunitário, também são divulgadas semanalmente na página do Instagram as atividades previstas. Ademais, a equipe do MACquinho conta com técnicos ligados à Prefeitura e à universidade, e com funcionários que são residentes do Morro do Palácio e que atuam na mediação da informação, trazendo os seus conhecidos, amigos e parentes para frequentar o espaço.

Pode-se dizer que hoje no MACquinho, com a expansão da sala de estudos, há ainda em fase embrionária uma biblioteca popular, em seu sentido mais amplo, que busca atender a públicos de diversas faixas etárias, recebendo doações dos usuários e de outras instituições. Como afirma Paulo Freire (1989), quando nos remetemos à biblioteca popular, não há possibilidade de neutralidade em seu acervo, ele é sempre intencional e político uma vez que representa as necessidades dos usuários que atende, sendo inserido em um contexto social, cultural, econômico e político específico, ou seja, “os acervos contam uma história, basta escolher que história será contada” (Mallmann, 2023, p. 6). Pode-se dizer, então, que a prática de mediação da informação no acervo também é atravessada de intencionalidades.

**A mediação da informação não é passiva, é uma ação de interferência,** acompanha todo o fazer do bibliotecário, ainda que indireta e inconscientemente. **Ela não é neutra, não pode ser imparcial,** o bibliotecário deve assumir seu papel e não simplesmente esperar que os usuários busquem a informação somente ao se depararem com uma necessidade informacional. (Almeida Júnior; Santos Neto, 2014, p. 101, grifo nosso).

Logo, na mediação assume-se o tom intervencionista das ações do bibliotecário ou do profissional de informação que “tem o papel de identificar e selecionar a informação que se coaduna às necessidades do usuário ou sujeito a que se destina sua intervenção” (Alencar; Olinto, 2023, p.7). Corroboram Almeida Júnior e Santos Neto (2014), destacando que o usuário deve participar do processo, demonstrando seus interesses, desejos e necessidades.

Enfim, para que a política de desenvolvimento de coleções na perspectiva decolonial se consolide é necessário que o processo de mediação da informação ocorra de forma consciente; que o bibliotecário compreenda sua função social enquanto educador, partindo

do entendimento de que a informação “[...] se constitui em conhecimento comunicado que pode ser retomado no esforço de revisão e reflexão que subsidiam a construção de novos conhecimentos ou reconstrução daqueles já estabelecidos” (Gomes, 2008, p. 1); que a disponibilização do acesso à informação por meio de um acervo que coloca sob crítica o discurso hegemônico abre possibilidade de se experimentar novas formas de aprendizado; novas formas de ler o mundo, de representá-lo e nele se ver representado.

Como pontua Silva (2001), a representação encontra-se entre dois planos: um plano cognitivo e outro abstrato, sendo o resultado da interação entre conhecimentos, emoções, imagens e práticas. O potencial educativo das narrativas que se encerram nos documentos (livros, filmes, músicas, fotografias) precisa ser mobilizado para podermos ter a capacidade “[...] de interpelar, de interferir, de criar e recriar o conhecimento instituído, tanto no acervo simbólico singular quanto no plano do acervo simbólico estabelecido socialmente” (Gomes, 2008, p. 3).

Como vimos, a mediação da informação no MACquinho acontece não apenas no espaço da biblioteca através do trabalho de um profissional especializado, mas em todo o espaço institucional, sendo praticada por toda a equipe responsável (produtores culturais, coordenadores e mediadores comunitários). Por meio de diferentes ações de mediação informacional e cultural realizadas nas oficinas, biblioteca, redes sociais, jornal comunitário, exposições, aulas de reforço, estúdio de gravação, entre outras tantas atividades, além de assessoria nos chamados projeto de economia criativa busca-se o diálogo com os moradores, colocando as instalações da instituição e as equipes a serviço das demandas do público. Procura-se, por meio das ações de mediação aqui citadas, construir um canal efetivo de comunicação entre a instituição e a comunidade, ligação esta crucial para entendermos quanto o MACquinho significa para os moradores do Morro do Palácio.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises do desenvolvimento de coleções e da decolonialidade do saber evidenciam que as bibliotecas, longe de serem espaços neutros de armazenamento de informações, são arenas onde se travam batalhas epistemológicas, políticas e culturais. A trajetória histórica da Biblioteconomia, marcada pela colonialidade, e a emergência da Biblioteconomia Social testemunham a necessidade de uma reflexão crítica sobre as práticas de seleção, aquisição e

organização dos acervos, de modo que a própria ideia do que é, ou que tipo de elementos pode/deve constituir um acervo seja revisitada.

O desenvolvimento de coleções pautado na decolonialidade do saber propõe um rompimento com a tradição hegemônica eurocêntrica que dominou as práticas bibliotecárias, sobretudo no que se refere à construção de outras formas narrativas de saber, poder e viver. A decolonialidade do saber enfatiza a necessidade de incluir e valorizar conhecimentos e epistemologias marginalizadas, proporcionando uma visão mais ampla e inclusiva da realidade. Destaca-se que isso, longe de ser apenas uma ação reparatória, visa fortalecer a sociedade não apenas pela capacidade de autorreconhecimento, mas também pela complexificação dos discursos e criação de narrativas mais abrangentes.

Empiricamente, essa abordagem pode ser observada em espaços como a Biblioteca do MACquinho que, localizada em uma comunidade periférica da cidade de Niterói, RJ, se propõe a atender as necessidades informacionais e culturais específicas de seu público, majoritariamente composto por crianças e jovens do Morro do Palácio. A política de desenvolvimento de coleções em elaboração, que prioriza obras de literatura infantil e juvenil com perspectivas decoloniais, tem por objetivo a construção de um acervo que reflita as vivências e desafios dessa comunidade, assim como, potencialize a capacidade emancipadora das ações comunitárias.

Neste contexto, a mediação da informação não se limita ao espaço físico da biblioteca, mas permeia todas as atividades da instituição. A mediação é entendida como uma intervenção consciente e intencional que visa promover a apropriação crítica da informação pelos usuários. Essa abordagem reflete a tentativa de criar uma noção ampla e complexa da mediação da informação, que vai além da simples disponibilização de recursos informacionais, compreendendo que esta é uma prática ativa e engajada, que reconhece a biblioteca como um espaço de luta e resistência, onde se constroem e se contestam narrativas. Como afirmam Almeida Júnior e Santos Neto (2014), a mediação da informação envolve a identificação e a seleção de informações que respondam às necessidades dos usuários, mas também a facilitação de processos de construção de conhecimento crítico e emancipatório.

Ao privilegiar autores e temas que refletem as vivências das comunidades periféricas, a Biblioteca do MACquinho contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A presença de obras decoloniais no acervo não apenas enriquece o

repertório informacional dos usuários, mas também promove uma reflexão sobre as condições históricas e sociais que moldaram suas realidades.

A política de desenvolvimento de coleções, ainda em construção, busca equilibrar a inclusão de obras decoloniais com a manutenção de um acervo diversificado. Essa estratégia visa garantir que os usuários tenham acesso a múltiplas perspectivas, possibilitando uma compreensão mais ampla e nuançada dos temas abordados. A inclusão de autores locais e a valorização de produções culturais da comunidade são elementos centrais dessa política, que se alinha aos princípios da Biblioteconomia Social e da decolonialidade do saber.

Como destacam Vergueiro (1989) e Mallmann (2023), o desenvolvimento de coleções deve levar em consideração as necessidades informacionais da comunidade de forma ampla. No caso do MACquinho, isso significa não apenas atender às demandas explícitas dos usuários, mas também identificar e responder a necessidades latentes, muitas vezes ligadas a questões sociais, culturais e econômicas específicas da comunidade do Morro do Palácio.

A mediação da informação no MACquinho é, portanto, um processo dinâmico e contínuo, que envolve a participação ativa dos usuários e a colaboração entre diferentes atores sociais. As atividades culturais e educativas desenvolvidas pela instituição, como o jornal comunitário Palaciano e as oficinas de economia criativa, são exemplos de como a mediação da informação pode ser integrada às práticas de engajamento comunitário e de valorização das identidades locais.

No caso do MACquinho, essa intencionalidade se traduz na construção de um acervo que integre as narrativas hegemônicas e as contra-hegemônicas, de modo que se promova a inclusão e a valorização de vozes marginalizadas, ao mesmo tempo, em que possibilita que o acervo disponibilize obras clássicas, em diferentes campos disciplinares, pois o conhecimento é resultado do saber coletivo, construído pela humanidade em seu processo histórico.

Em conclusão, a política de desenvolvimento de coleções e a mediação da informação exemplificam uma prática bibliotecária comprometida com a justiça social e a inclusão. Ao adotar uma perspectiva decolonial, as bibliotecas não apenas ampliam o acesso à informação, mas também promovem a reflexão crítica e a transformação social. Essa abordagem reafirma a importância da Biblioteconomia Social como um campo de conhecimento e de prática que pode contribuir significativamente para a construção de um novo projeto de sociedade, mais justo e equitativo, uma vez que compreende a biblioteca como uma ferramenta de luta pela emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria da Glória, OLINTO, Gilda. Biblioteconomia social na formação do bibliotecário: reflexões e análise de projetos pedagógicos no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 28, p. 1-24, 2023.
- ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014.
- ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@!**: Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015.
- ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de. Prefácio. In.: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; MORAES, Marielle Barros de (org.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.
- AMORIM, Igor Soares.; ALVES, Ueliton dos Santos. Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma perspectiva decolonial. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, p. 1-14, 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13., 2012. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2012.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013.
- CHIARA, Maria de. Decolonização, sul global e colonialidade do poder. **Revista X**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 175-193, 2021.
- CIVALLERO, Edgardo. Aproximación a la Bibliotecología progressista. **El profesional de la información**, Granada, v. 22, n. 2, p. 155-162, marzo-abril, 2013.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados, 1989.
- GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero** – [online], v.9 n. 1, p. 1-15, 2008.
- GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020.
- HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: Hall, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 101-131.

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB  
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

INEAC. **Projeto de pesquisa/extensão UFF - comunidades – Um estudo sobre conexões entre sujeitos sociais, conflitos e os impactos coletivos.** Niterói: IneAC, 2024.

MALLMANN, Patrícia Souto Pereira; FELIPE, Carla Beatriz Marques. Biblioteconomia social e descolonização do saber: a formação de acervos de bibliotecas como prática de mediação da informação. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 29, [online], 2022. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2673/2450> Acesso: 10 ago. 2024.

MALLMANN, Patrícia Souto Pereira. Biblioteconomia social e descolonização do saber: formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas como prática de mediação de informação afro-brasileira e africana. **Bibliomar**, São Luís, 22, n. 2, p. 13-38, dez. 2023.

MENASCE, Márcio. **MACquinho reabre suas portas para comunidade e os visitantes.** O Globo, Rio de Janeiro, 09 jun. 2014, Caderno Bairros.

PIMENTA, Ricardo Medeiros; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. *In: A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Valéria Cristina Pereira. Representação das cidades. **Formação**, Presidente Prudente, SP, n. 8, p. 75-86, 2001.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Biblioteconomia social: uma virada social. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 4, p. 1-6, 14 jun. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo: Polis; APB, 1989.